

Interface

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliane Maria dos Santos Costa (1)

Maria Suzana Sobral Braga Gondim (2)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações e reflexões lançando para o debate questões que consideramos fundamentais na ação educativa das crianças. É na perspectiva de reavaliação da ação pedagógica que nos propomos a analisar como está sendo realizada a avaliação na educação infantil, para isso além da leitura teórica buscamos embasar nosso texto pesquisando na Escola Municipal de Educação Infantil José Perboyre Sampaio Sabiá, localizada no Município de Juazeiro do Norte – CE a prática avaliativa. A metodologia se constituiu na leitura de livros, na observação e no dialogo com os professores e membros integrantes da escola sobre como o processo de avaliação é concebido, pensado e praticado na referida instituição. Partindo dos dados encontrados percebe-se que a avaliação das crianças nos oferece importantes contribuições para que possamos de fato repensar este ato que deve está pautado principalmente na criança, por isso se torna essencial o aprofundamento teórico e a constante reconstrução da aula partindo da reflexão teoria x prática. Conclui-se então que o suporte educacional adquirido neste pouco espaço de tempo oportunizou o pesquisador conhecer, refletir, questionar e buscar novos caminhos e soluções na tentativa de realizar uma avaliação que oportunize de fato a criança no sentido de desenvolver seus aspectos social, emocional, cognitivo e motor, uma vez que ela encontra-se em um processo onde precisa de diversas experiências como estímulo para seu melhor desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Avaliação, Ação Docente.

Introdução

O presente texto tem sido motivado pelo grau de complexidade e dificuldade que a maioria dos profissionais atuantes em salas de educação infantil encontram em realizar a avaliação das crianças. Também faz parte do nosso propósito provocar uma reflexão sobre o caminhar que esta ação vem sendo trilhada nesse nível de ensino, partindo da avaliação que uma instituição pública de ensino realiza.

No sistema de ensino brasileiro temos inúmeros problemas, entretanto neste momento é pertinente citar o descaso do poder público para com a educação infantil, quando o país concebe uma lei na qual essa modalidade de ensino fica relegada à condição de opção, ou seja, os responsáveis pelas crianças podem ou não coloca-las na escola. No Brasil freqüentar a escola só é obrigatório a partir do ensino fundamental.

Compreendemos então que com esta atitude, o governo se exclui cada vez mais de uma responsabilidade sua, comprometendo a qualidade da educação infantil e da educação como um todo. Sua ausência efetiva na área, reflete-se na escassez de escolas de educação infantil, prejudicando a criança enquanto aprendiz. Dentre tantas consequências que podemos enumerar e relacionar a esta problemática, uma delas é o fato do Brasil ter hoje um percentual altíssimo de analfabetos.

No Ceará hoje, as chamadas ‘creches’, (concebidas até bem pouco tempo atrás como um local para “guardar” as crianças durante o período em que as mães estão trabalhando), estão sendo substituídas pelas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI, onde se pode constatar poucos avanços na qualidade educacional. Estas escolas não são suficientes para atender a demanda existente e, em muitas delas, ainda podemos observar a concepção de “guardar” em detrimento a concepção de “educar”.

Entendemos que a contextualização acima se faz necessário para que haja uma melhor compreensão do tema tratado. Afinal, a ação educativa e a ação avaliativa não são momentos que devam ser tratados separadamente, mas sim, ocorrem simultaneamente.

A avaliação nesta modalidade de ensino não pode ser um instrumento de obstrução à caminhada da criança dentro do universo escolar. Para que seja justa com o aluno, a avaliação deve ser centrada na criança e ter por base, servir de norte ao planejamento das atividades escolares do professor para que este possa pautado nas crianças realizar “um trabalho reflexivo e auto-reflexivo” (ALVES, 2008, p. 6).

A Avaliação na Educação Infantil

Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mas triste ainda é vê-los enfileirados em salas sem ar, com atividades estéreis sem importância alguma para a formação humana.

(Carlos Drumonnd de Andrade)

A Educação infantil engloba as diversas modalidades de ensino ofertado às crianças de zero a seis anos de idade, ou seja, é a etapa “optativa” que antecede o inicio da primeira série básica do Ensino Fundamental I. Conforme documentos oficiais, o objetivo da educação destinada a esta faixa etária tem a finalidade, sobretudo, de favorecer o desenvolvimento integral da criança nos aspectos social, afetivo, cognitivo e motor.

Avaliar é uma ação necessária dentro da prática docente. Libâneo (1994, p. 195) definindo o termo avaliação nos informa que, “*A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem*”. O autor afirma o caráter de necessidade da avaliação na prática educativa, não excluindo a educação infantil. Apesar disso, sabemos que esta área de ensino assume características próprias.

A avaliação na educação infantil ainda é um tema muito complexa e, tende a nos provocar muitas reflexões e questionamentos. Como por exemplo: Como avaliar uma criança? Hoffmann (2005, p.69) afirma que,

As crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações, de interagir com os objetos do mundo físico. O seu desenvolvimento acontece de forma aceleradíssima. A cada minuto realizam novas conquistas, ultrapassando nossas expectativas e causando muitas surpresas.

Aceitar a condição de mudança constante na criança, significa compreender que, o que ela ainda hoje não se conseguiu construir em termos de conhecimento, amanhã este mesmo conteúdo pode vir a ser adquirido. Isso é, a criança aprende o

mundo partindo de um movimento constante de interação entre ela o próprio mundo, assim, quanto mais estímulo ela receber maior tenderá a ser o seu desenvolvimento.

Se compreendermos que a criança já possui essa dinâmica própria, há que se refletir sobre qual a forma ou formas em que esta deverá ser avaliada comparando-se com adultos, ou até mesmo com outras crianças. Pois como cada uma delas tem suas próprias experiências e seu próprio ritmo de desenvolvimento, seria no mínimo incompreensível avaliá-las partindo da referência do outro, como se todas fossem iguais.

Acreditamos que para uma avaliação, partindo-se deste pressuposto, esta deve ser um processo constante de observação e acompanhamento, não devendo partir das expectativas que os adultos têm da criança, em termos de desenvolvimento. Seja este cognitivo, motor, afetivo ou comportamental. Como nos afirma Hoffmann (2005, p.72),

(...) a observação que se pretende fazer da criança em geral refere-se a um modelo definido pelo adulto a respeito de comportamentos esperados. Essa observação, assim, é de cunho comparativo e classificatório, restringindo-se a expectativas definidas a priori pelo educador, que deixa de valorizar, assim, as formas peculiares de as crianças vivenciarem as situações e construírem o seu conhecimento. Por outro lado, tal prática avaliativa não é percebida em seu dinamismo, ou seja, as observações feitas resultam em registros e pareceres finais, e o cotidiano do educador parece não contemplar o significado da reflexão permanente sobre o agir das crianças.

Na EMEI José Perboyre Sampaio Sabiá, constatamos que, geralmente a avaliação parte da expectativa do professor sobre a criança. Quando a ela mostra um desenho a professora e, esta fala para o aluno refazer, explicando à criança que, não foi isso que esta lhe pediu. Esta atitude denota que a professora não se percebe subestimando o fazer próprio da criança.

É preciso perceber que a interferência da professora no fazer das crianças pode ser reflexo de sua concepção da avaliação, ou seja, que sua interferência tem por base uma intenção de garantir que a criança atinja um determinado resultado esperado.

(HOFFMANN, 2005, p. 28).

Hoffmann nos ajuda a compreender que o professor, muitas vezes, não valoriza as formas características de cada criança, em construir seu conhecimento e vivenciar suas experiências. Na escola, objeto do presente estudo, esses momentos não pareceram terem sido considerados como avaliativos, ou seja, os professores não parecem terem percebido que, o julgamento diário que realizam sobre o aluno, faz parte da avaliação.

Apesar disso, segundo a escola em foco, a concepção de avaliação presente está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional - LDB, que consta no seu Artigo 31 - *“Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”* (SAVIANI, 2003, p 172).

Ao questionarmos sobre como se dá o acompanhamento feito com as crianças, uma professora nos revelou: *“nós sabemos as dificuldades deles por que estamos com eles todos os dias”* (professora Y). Não encontramos portfólio, nem anotações diárias sobre como essas crianças estão se desenvolvendo. Somente as alternativas dos boletins a serem preenchidos semestralmente e as atividades de sala de aula.

Esse tipo de acompanhamento nos faz refletir que tais resultados, só são anotados por que servem de instrumento burocrático da escola e, para dar uma satisfação aos pais das crianças. Ou seja, os registros não servem de base para que o professor possa observar os possíveis avanços dos alunos e, em que momento sua ação pedagógica deve ser revista. Até por que, entendemos que é o “caminhar” da criança que apóia a ação docente.

Percebemos que avaliar uma criança desta forma é abafar, é castrar suas potencialidades. É não considerar as possibilidades de desenvolvimento negando a sua capacidade de aprendizagem. Esta forma, mina a construção de conhecimento, que ocorre de acordo com as relações dinâmicas entre a criança e o mundo que a circunda. Não se defende aqui que a criança só aprenderá na escola, mas que a escola deve

multiplicar as possibilidades de experiências das crianças e adolescentes sob sua custódia, e não subtraí-las.

Talvez este seja o maior problema que a escola publica, em relação à avaliação, esteja enfrentando hoje. A avaliação, da forma como vem sendo realizada por muitas escolas, está acrescentando muito pouco, tanto na vida do aluno como na do professor. Pois parece estar servindo apenas como instrumento burocrático de prestação de contas aos pais e à comunidade. Em algumas escolas, ainda há o agravante do incentivo à competição entre os alunos.

Avaliar esta modalidade de ensino significa observar seu conjunto de ações e, de que forma o professor está conduzindo-as em suas atitudes pedagógicas diárias. Sempre no sentido de favorecer a evolução da criança, sempre tendo em vista o respeito ao processo de desenvolvimento infantil.

O professor é o responsável por refletir sobre uma produção de conhecimento e mediar esse conhecimento de maneira contextualizada. Para isso, faz-se necessário também, que tenha consciência do seu compromisso assumido, tanto com a profissão que abraçou, como com a própria sociedade que o reconhece.

Tocamos em um ponto essencial: a formação docente. Sem professores devidamente graduados e atuando em uma área específica, a situação da avaliação e da prática pedagógica em si, torna-se um pouco mais complexa. Mesmo com todas as leis, regulando a educação, não é difícil encontrar professores sem formação apropriada, como por exemplo: um economista, como docente na educação infantil.

Observamos que as práticas realizadas na EMEI José Perboyre S. Sabiá parecem terem a intenção de melhorar o desempenho dos educandos. As crianças são muito bem acolhidas. Entretanto, quando estas mesmas práticas não são estudadas, refletidas e reelaboradas dentro do contexto da escola, nega-se aí a premissa de que, elas realmente estejam, verdadeiramente, favorecendo o desenvolvimento dessas crianças.

Acreditamos ser essencial perceber a criança de modo processual e dinâmico em seus caminhos percorridos. E assim, indicar orientações de novos rumos, abandonando a idéia de avaliá-las como um ser estático, passando a percebê-las como pessoas que estão em um movimento constante.

Avaliar não é fornecer pareceres de um momento da vida da criança. É estar atento a milhares de modificações que estão ocorrendo simultaneamente neste ser humano. Ainda nos reportando a Hoffmann (2005, p. 57), "...a ação avaliativa,

enquanto mediação, se faria presente, justamente, no interstício entre uma etapa de construção de conhecimento do aluno e a etapa possível de produção, por ele, de um saber enriquecido, complementado”.

O sentido da avaliação parece mais relacionado à capacidade de torná-la um movimento, um processo. Se não for assim, não fará sentido. É preciso ter claro que, são as crianças que enfrentarão as consequências de um ato avaliativo sem reflexão. Quanto a tal aspecto Esteban (2003,p.7) nos afirma que “*a reflexão sobre a avaliação só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social*”.

Temos conhecimentos de muitos casos de crianças que deixam a escola por traumas sofridos e sabemos que isso ocorre por que os professores não têm clara a noção de significâncias dos seus atos avaliativos. É por conta de uma prática avaliativa mal sucedida que temos número tão elevados em termos de evasão escolar.

Conclusão

Cada criança é um ser humano peculiar e seu desenvolvimento deve ser observado de forma bem particular. Faz-se necessário, para isso, um acompanhamento regular e sistemático, que subsidiem essa prática.

Ainda há muito o que se refletir em termos de avaliação e, este estudo não pretende esgotar essa complexa temática. Porém acreditamos que uma boa prática avaliativa é aquela que proporciona ao professor uma visão global da criança, não centrando-se no que ela não sabe fazer, mas considerando o que ela sabe. Levando em conta seu potencial para avançar. Esta atitude tende a favorecer melhores resultados, levando a criança a sentir-se mais capaz de enfrentar as dificuldades e melhorar o seu processo de aprendizagem.

Referências

ALVES, Maria Palmira Castro. **Arte na Escola**. Entrevista a professora Maria Palmira Castro Alves. Boletim 51. 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5º ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 35º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 8º ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.



Sobre as autoras:

(1) **Eliane Maria dos Santos Costa** é graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Psicologia Aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri- URCA.

(2) **Maria Suzana Sobral Braga Gondim** é graduada em Biologia e Pós-graduada em Psicologia Aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

E-mail: suzi.sobral@yahoo.com.br